

Estudos técnicos - CNM - março/2019

Transferências de Capital e Ciclos Políticos-Eleitorais

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulga estudo baseado na consolidação da base de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo foi realizar uma radiografia das transferências de capital do governo federal para os municípios (conta de investimento GND 4, modalidade 40). Diante disso, foi examinado o caminho e o destino dos recursos entre os municípios brasileiros, decorrentes dessa conta durante os anos de 2001 a 2018, além de investigar como os ciclos político-eleitorais se entrelaçam com os ciclos da política fiscal e influenciam as transferências de recursos.

Por ciclos da política fiscal, nos referimos à alternância entre períodos plurianuais de expansão e contração do gasto público agregado (ou de partes do gasto público, como os investimentos), enquanto os ciclos político-eleitorais dizem respeito às oscilações deste gasto ao longo dos mandatos, caracterizadas normalmente por contração absoluta ou relativa nos anos ímpares e expansão nos anos pares, quando se realizam os pleitos eleitorais.

No Brasil, a política fiscal dos últimos 18 anos é caracterizada, grosso modo, por um período de curta expansão em 2001-2002 dos gastos discricionários - final do mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, seguido de uma curta contração em 2003-2004 no início do governo Lula, muito concentrada nos investimentos públicos. O ano de 2005 marca o início de um novo ciclo de expansão da política fiscal, que inicialmente foi puxado pelos investimentos e se prolongou até 2014, tendo início em 2015 uma fase de ajuste e contração fiscal que persiste até o presente.

A questão relevante a ser investigada é, em primeiro lugar: de que forma esses ciclos se relacionaram com os ciclos políticos-eleitorais e afetam as transferências de capital da União para os municípios? A tendência, como poderemos observar, é que essas transferências sejam ampliadas nos últimos anos de mandato dos prefeitos, estejamos numa fase expansionista ou contracionista da política fiscal. A fase da política fiscal tende a determinar o nível agregado dos repasses, enquanto o ciclo eleitoral tende a determinar como esses recursos (escassos ou abundantes) são distribuídos ao longo do mandato e se apresentam viés de beneficiamento dos aliados partidários (questão esta que será abordada apenas superficialmente nesta primeira fase de pesquisa).

Para o presente estudo, vamos analisar desde a evolução temporal dos repasses, quanto o aspecto regional e distributivo, utilizando como parâmetro o investimento per capita de cada município, medida em termos de volume de transferências de capital recebidas da União. Antecipando algumas conclusões, podemos evidenciar nitidamente a influência do ciclo

político-eleitoral nos anos de eleições municipais, provocando mudanças no direcionamento dos recursos nesses anos. Outra evidência importante encontrada – e neste caso, atemporal, ou seja, em todo período analisado – foi o maior direcionamento das transferências, em valores per capita, para os municípios da região Centro-Oeste, grandes centros do agronegócio brasileiro.

Para as comparações ao longo do tempo, todos os valores foram atualizados pelo deflator do PIB.

Panorama Geral

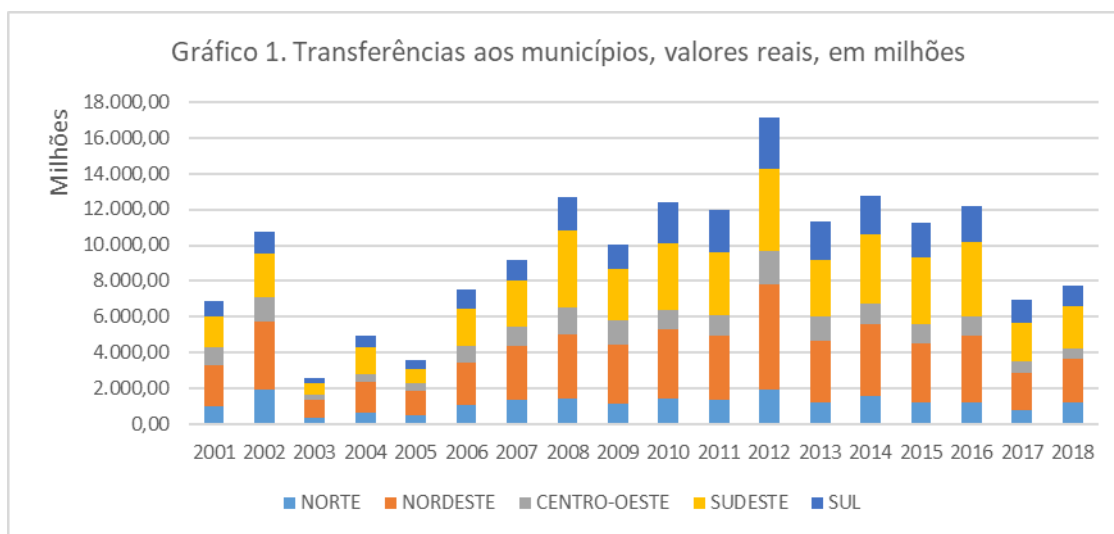
O volume dos recursos repassados pelo governo federal apresentou variações e padrões em anos específicos, expandindo ou retraindo-se de acordo com os ciclos fiscais e político-eleitorais.

Como mencionado na introdução, o período de 2005-2014 marca um ciclo de expansão do gasto público, sendo o ciclo de expansão do investimento público federal mais curto, entre 2005 e 2010. Contudo, é no ano de 2012 que detectamos o pico da série histórica de transferências de capital da União para os municípios, em virtude da ocorrência das eleições municipais, como podemos observar no gráfico 1.

Ou seja, embora os investimentos federais no agregado tenham se estabilizado entre 2010 e 2014, os repasses para os municípios apresentaram um aumento momentâneo em 2012. Da mesma forma, em 2004, mesmo num período de ajuste fiscal, os repasses para os municípios também apresentaram relativo aumento, bem como em 2008, de tal forma que o quadro ilustrado pelo gráfico 1 sintetiza, na prática, a sobreposição de dois distintos tipos de ciclo: o econômico-fiscal e o político-eleitoral.

Evidentemente, cada um destes ciclos pode ter pesos diferentes em cada período. Se, em 2012, o componente político-eleitoral parece ter sido dominante para determinar o pico de repasses, em 2016 ele foi pouco relevante no agregado, na medida em que as transferências de capital para municípios se mantiveram relativamente estagnadas em função do maior peso dado ao ajuste fiscal.

Assim, a contração fiscal iniciada em 2015 e aprofundada a partir de 2017, com a introdução do teto de gastos na esfera federal, parece ter uma influência mais dominante do que o ciclo eleitoral. Mas essa tendência poderá ser melhor testada com as próximas eleições de 2020 na esfera municipal. O retrospecto histórico indicaria que as transferências, assim como em 2004, tenderiam a apresentar leve aumento, mas talvez isso não ocorra a depender da intensidade do ajuste fiscal e do espaço para os investimentos públicos, que é a variável do gasto mais sensível aos ajustes, dado seu caráter mais discricionário.



Uma forma de isolar o efeito político-eleitoral e analisar o impacto dos ciclos da política fiscal sobre os investimentos e sobre os repasses para municípios é compararmos os valores agregados por período de mandato municipal. Dessa forma, na tabela 1, somamos os valores das transferências da União para cada período de quatro anos coincidente com início e final de mandato dos prefeitos.

Nesse caso, verifica-se que os repasses apresentaram dois crescimentos consecutivos: 31% entre 2001-04 e 2005-08 e 56% entre 2005-08 e 2009-12, caindo 8% entre 2013-16 e mais 38% nos últimos dois anos (2017-18), considerando nesse caso a média dos dois anos. Em termos de taxas anualizadas, saímos de um período de crescimento médio 7%-12% para uma contração inicialmente de 2% ao ano e, nos últimos dois anos, de 12% ao ano.

Tabela 1. Valores repassados aos municípios, em R\$

| | 2001-04 | 2005-08 | 2009-12 | 2013-16 | 2017-18* |
|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 25.208.074.401,15 | 33.015.047.028,39 | 51.532.222.281,40 | 47.403.264.785,27 | 14.710.044.055,07 |
| Tx. Crescimento | | 31% | 56% | -8% | -38% |
| Tx. Cresc. Anual | | 7% | 12% | -2% | -11% |

*Para critério de comparação, o valor do período de 2017-18 foi multiplicado por 2.

Quando agrupado os dados de acordo com as regiões do país, verificou-se que continuamente as regiões mais favorecidas em termos de quantidade de recursos foram as regiões Nordeste e Sudeste, ficando cada uma com uma fatia de aproximadamente 25-30% do total, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 2. Distribuição % dos recursos destinados a cada região

| Região | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| NORTE | 15% | 18% | 15% | 13% | 15% | 14% | 15% | 11% | 12% | 11% | 12% | 11% | 11% | 12% | 11% | 10% | 12% | 16% |
| NORDESTE | 32% | 35% | 39% | 35% | 36% | 32% | 33% | 28% | 33% | 31% | 29% | 34% | 31% | 31% | 29% | 30% | 29% | 32% |
| CENTRO-OESTE | 15% | 13% | 10% | 10% | 12% | 12% | 12% | 12% | 14% | 9% | 10% | 11% | 12% | 9% | 9% | 9% | 9% | 7% |
| SUDESTE | 24% | 22% | 25% | 30% | 22% | 28% | 28% | 34% | 29% | 30% | 29% | 27% | 28% | 30% | 33% | 34% | 31% | 31% |
| SUL | 13% | 12% | 12% | 13% | 14% | 14% | 13% | 15% | 13% | 19% | 20% | 17% | 19% | 17% | 17% | 16% | 19% | 15% |

A tabela 3 identifica São Paulo como o principal estado de destino das transferências enviadas aos municípios, enquanto que o estado do Amazonas reteve os menores valores. Também, é possível observar que a maioria dos cinco estados mais beneficiados são da região Sudeste, mais populosa, em oposição aos menores valores recebidos pelo Norte.

Tabela 3. Os cinco estados com maior e menor destinação de recursos, em R\$

| Estados que foram beneficiados com MAIOR volume de recursos, de 2001 a 2018 | | | Estados que foram beneficiados com MENOR volume de recursos, de 2001 a 2018 | | |
|---|----|-------------------|---|----|------------------|
| 1 | SP | 22.388.455.359,62 | 1 | AM | 2.510.100.491,00 |
| 2 | MG | 14.686.389.033,25 | 2 | SE | 2.109.308.139,84 |
| 3 | BA | 11.889.903.312,63 | 3 | AC | 1.590.322.795,39 |
| 4 | RS | 10.445.441.094,26 | 4 | DF | 1.194.089.655,64 |
| 5 | RJ | 10.139.952.578,51 | 5 | AP | 1.124.780.631,19 |

Na próxima tabela temos a variação percentual referente ao último ano de mandato dos presidentes FHC, Lula, Dilma e Temer. Na comparação entre FHC-Lula, os estados que tiveram uma maior variação positiva e mais receberam investimentos foram o DF, PR, RS e SP, dando menos ênfase aos estados da região Norte. Em Lula-Dilma, há um aumento no direcionamento aos estados do Norte e Nordeste. E, por último, na relação do governo Dilma-Temer, todos os estados tiveram queda nos valores repassados e apresentaram uma variação negativa de crescimento dos recursos decorrentes da conta investimento.

Tabela 4. Variação das transferências aos municípios, Por mandato presidencial*, conta investimento

| FHC-Lula | Lula-Dilma | Dilma-Temer |
|----------|------------|-------------|
| 15% | 2% | -31% |

* Referência para comparação: último ano de cada mandato presidencial.

Distribuição do Investimento por habitante (i/h)

Para a análise da distribuição individual entre os diferentes municípios, foram utilizados os critérios de investimento por habitante (i/h) e i/h relativo dentro de cada ano (i/h do município dividido pelo maior valor dentre todos os municípios em um mesmo ano).

Os municípios foram também divididos em categorias para melhor representar o seu respectivo comportamento e verificar como se distribuiu a renda entre eles. Para tanto, foi utilizado o critério de quartil. Os municípios foram separados em quatro categorias, representando os quartis:

1. Valores que estão dentro do primeiro quartil e representam 25% dos municípios que menos receberam recursos no ano;
2. Valores que estão dentro do segundo quartil e representam os municípios que ficaram acima dos 25% e abaixo dos 50% no ano;
3. Valores que estão dentro do terceiro quartil e representam os municípios que ficaram acima dos 50% e abaixo dos 75% no ano;
4. Valores que estão dentro do quarto quartil e representam 25% dos municípios que mais receberam recursos no ano.

Foram calculadas também as médias dentro dos quartis, conforme a tabela 5. Através dela verificamos que em 2001 a média do i/h dentro dos 25% dos municípios que menos receberam recursos, ou seja, do primeiro quartil, foi de R\$ 0,61. Já em 2002, ano eleitoral, a média dentro do primeiro quartil subiu para R\$ 8,07. A média do i/h anual revela também outra forma de quantificar a desigualdade na distribuição das transferências: em 2001 a média do i/h anual foi de R\$ 86,40 e os municípios mais "pobres", incluídos dentro do primeiro quartil, ficaram com uma proporção 142 vezes menor do que a média, ou 99,3% menor. Enquanto isso, os mais "ricos" (4º quartil) ficaram com 3 vezes mais do que a média. Essa diferença se reduz no ano posterior, no qual ocorreram eleições, onde a média do i/h anual foi de R\$ 135,52, ficando a média dos 25% menos beneficiados, o primeiro quartil, 17 vezes (94%) menor e a dos 25% mais beneficiados 2,73 vezes maior. De forma semelhante, o ano de 2011 apresentou uma média menor do primeiro quartil, e em 2012, nas eleições, uma média maior.

Portanto, é possível observar que durante os anos em que ocorrem os pleitos municipais há uma maior distribuição dos recursos para os municípios menos favorecidos em anos não-eleitorais.

Tabela. 5 Quartis

| Média do i/h anual | Média do Quartil, em R\$ |
|-----------------------|-----------------------------|
|-----------------------|-----------------------------|

| Ano 2001 | | |
|------------|--------|--------|
| 1º Quartil | | 0,61 |
| 2º Quartil | 86,40 | 22,11 |
| 3º Quartil | | 64,35 |
| 4º Quartil | | 258,56 |
| Ano 2002 | | |
| 1º Quartil | | 8,07 |
| 2º Quartil | 135,52 | 50,00 |
| 3º Quartil | | 114,50 |
| 4º Quartil | | 369,49 |
| Ano 2011 | | |
| 1º Quartil | | 12,05 |
| 2º Quartil | 135,60 | 52,53 |
| 3º Quartil | | 115,07 |
| 4º Quartil | | 362,75 |
| Ano 2012 | | |
| 1º Quartil | | 23,11 |
| 2º Quartil | 176,51 | 82,73 |
| 3º Quartil | | 162,45 |
| 4º Quartil | | 437,76 |

Além disso, partir do i/h relativo foi possível observar também quais foram os municípios que mais receberam recursos da conta investimento. Do total de cidades do país, foram extraídas as dez que mais receberam recursos por habitante entre 2001 e 2017. Como já assinalado inicialmente, destacam-se no topo da lista, em sua grande maioria, os municípios da região Centro-Oeste, mudando relativamente pouco ao longo do tempo os dez municípios que obtiveram os maiores valores por habitante. A tabela completa pode ser conferida nos anexos

Colocando como exemplo na tabela 6 os anos de 2001, 2009 e 2017, temos uma amostra do padrão das cidades com maior i/h: em sua maior parte, cidades da região Centro-Oeste e grandes polos do agronegócio brasileiro.

Traçando um perfil dessas cidades, a grande maioria é pertencente ao estado do Mato Grosso. A cidade de Rondonópolis (MT) apareceu praticamente em todos os anos dentre as 10 cidades com maior i/h. Com uma importante localização geográfica, ela é ligação entre as regiões Norte e Sul do país, onde é transportado toda a produção agrícola e industrial para os grandes centros metropolitanos e portos do Brasil. O município de Barra do Graças (MT) tem uma economia baseada na agropecuária e agricultura, com destaque para a produção grãos. Os principais valores recebidos na forma de investimento do governo federal por esta cidade foram em saúde (R\$ 1.457.162,00), habitação (R\$ 3.541.489,00), saneamento (R\$ 3.895.638,00) e gestão ambiental (R\$ 12.513.427,00). Ainda no estado de Mato Grosso, a Barra do Bugres também conta com uma economia que gira principalmente em torno do agronegócio. Seus principais investimentos recebidos em 2001: saúde (R\$ 3.679.307,00); habitação (R\$ 1.416.596,00) e gestão ambiental (R\$ 1.045.751,00).

As cidades de Itumbiara (GO) e Jataí (GO) possuem características semelhantes as demais. Jataí é considerada a capital da produção de grãos e leite de Goiás e o maior produtor nacional de milho. Itumbiara também possui uma localização geográfica importante para o escoamento da produção agrícola. Valores recebidos da conta investimento em 2001 por Jataí: segurança pública (R\$ 4.603.935,00); habitação (R\$ 2.762.361). Em 2006, ela recebeu também R\$ 22.274.317,00 referente a função comércio e tecnologia.

Tabela 6. Os dez municípios com maior valor per capita recebido, grupo investimento

| | UF | Código. | Município | Região | Categ. | i/h, em R\$ | i/h relativo |
|-----------------|----|---------|-----------------------|--------------|--------|-------------|--------------|
| Ano 2001 | | | | | | | |
| 1 | MT | 5101803 | BARRA DO GARÇAS | Centro-oeste | 4 | 12.466,58 | 1,000 |
| 2 | MT | 5107602 | RONDONÓPOLIS | Centro-oeste | 4 | 6.151,82 | 0,493 |
| 3 | MT | 5101704 | BARRA DO BUGRES | Centro-oeste | 4 | 3.773,53 | 0,303 |
| 4 | MT | 5101407 | ARIPUANÃ | Centro-oeste | 4 | 3.427,84 | 0,275 |
| 5 | RR | 1400282 | IRACEMA | Norte | 4 | 3.277,85 | 0,263 |
| 6 | RR | 1400233 | CAROEBE | Norte | 4 | 3.018,88 | 0,242 |
| 7 | GO | 5211503 | ITUMBIARA | Centro-oeste | 4 | 2.917,34 | 0,234 |
| 8 | RR | 1400175 | CANTÁ | Norte | 4 | 2.272,66 | 0,182 |
| 9 | MT | 5107198 | RIBEIRÃOZINHO | Centro-oeste | 4 | 2.204,13 | 0,177 |
| 10 | RR | 1400308 | MUCAJÁ | Norte | 4 | 2.127,45 | 0,171 |
| Ano 2009 | | | | | | | |
| 1 | MT | 5107602 | RONDONÓPOLIS | Centro-oeste | 4 | 12.119,64 | 1,000 |
| 2 | BA | 2909208 | CORONEL JOÃO SÁ | Nordeste | 4 | 7.047,59 | 0,582 |
| 3 | GO | 5211503 | ITUMBIARA | Centro-oeste | 4 | 4.740,91 | 0,391 |
| 4 | MT | 5101803 | BARRA DO GARÇAS | Centro-oeste | 4 | 3.841,37 | 0,317 |
| 5 | MT | 5108352 | VALE DE SÃO DOMINGOS | Centro-oeste | 4 | 3.020,47 | 0,249 |
| 6 | GO | 5211909 | JATAÍ | Centro-oeste | 4 | 2.504,44 | 0,207 |
| 7 | MT | 5106257 | NOVA XAVANTINA | Centro-oeste | 4 | 2.271,36 | 0,187 |
| 8 | MT | 5101704 | BARRA DO BUGRES | Centro-oeste | 4 | 2.185,50 | 0,180 |
| 9 | AL | 2700607 | BARRA DE SÃO MIGUEL | Nordeste | 4 | 2.173,75 | 0,179 |
| 10 | MT | 5107263 | SANTO AFONSO | Centro-oeste | 4 | 1.915,76 | 0,158 |
| Ano 2017 | | | | | | | |
| 1 | MT | 5107602 | RONDONÓPOLIS | Centro-oeste | 4 | 13.361,57 | 1,000 |
| 2 | GO | 5211909 | JATAÍ | Centro-oeste | 4 | 2.240,60 | 0,168 |
| 3 | MT | 5101803 | BARRA DO GARÇAS | Centro-oeste | 4 | 2.046,34 | 0,153 |
| 4 | RS | 4314100 | PASSO FUNDO | Sul | 4 | 1.535,00 | 0,115 |
| 5 | GO | 5204805 | CAMPO ALEGRE DE GOIÁS | Centro-oeste | 4 | 1.401,34 | 0,105 |
| 6 | PB | 2506608 | IBIARA | Nordeste | 4 | 1.379,90 | 0,103 |
| 7 | MT | 5104104 | GUARANTÁ DO NORTE | Centro-oeste | 4 | 1.313,52 | 0,098 |
| 8 | RS | 4300877 | ARARICÁ | Sul | 4 | 1.241,12 | 0,093 |
| 9 | PI | 2207702 | PARNAÍBA | Nordeste | 4 | 1.223,14 | 0,092 |
| 10 | MG | 3163003 | SÃO JOSÉ DA SAFIRA | Sudeste | 4 | 1.044,82 | 0,078 |

Separando o i/h dos municípios de acordo com a região onde se encontram, puderam ser extraídas as principais particularidades das diferentes regiões do país.

Na região Norte, os dez municípios que mais recebem relativamente verbas de investimento per capita pertencem em sua maioria aos estados de Roraima e Tocantins - municípios com uma população pequena, geralmente menor do que 15 mil habitantes.

No sul do país encontramos frequentemente entre as maiores rendas de investimento per capita municípios da parte norte do Rio Grande do Sul. Já as menores são municípios litorâneos, também deste estado. O município que mais apareceu entre as dez cidades com i/h mais elevado foi Passo Fundo (RS), seguido de Barra Funda (RS). De maneira geral, os municípios que mais recebem valores variaram bastante no decorrer dos anos, enquanto que os dez que menos recebem não se alteram com grande frequência.

No Sudeste, assim como em outras regiões, os municípios com maior montante de investimento possuem sua economia baseada no setor de serviços. Na generalidade, os municípios que recebem menos investimento per capita são paulistas e com população entre 100 mil e 400 mil habitantes, já os que recebem mais i/h são municípios menos populosos, entre 1 mil e 10 mil habitantes, e de diferentes estados do Sudeste.

Os municípios da região Nordeste que mais receberam investimentos também têm sua economia ligada ao setor de serviços, assim como os que menos recebem. No decorrer dos anos, a lista de maiores i/h se altera de maneira moderada, enquanto a lista dos menores se altera com intensidade. Os dois estados que apareceram mais vezes entre os dez mais foram Parnaíba (PI) e Viçosa (RN). Já a lista dos dez menos variou bastante.

De forma semelhante ao ocorrido entre os dez municípios do país com maior i/h obtido, as cidades que mais receberam e recebem na região Centro-Oeste são quase todas do estado do Mato Grosso, sendo a maioria delas com população abaixo dos 100 mil habitantes, tais como Barra do Garças (MT), Barra do Bugres (MT), Itumbiara (GO) e Guarantã do Norte (MT). Em relação aos municípios que menos receberam, observa-se a presença, para alguns anos, de Brasília e vários outros municípios do estado de Goiás, como Santa Helena de Goiás e Catalão - tendo a maioria deles uma economia do setor terciário como mais relevante.

Mudanças na distribuição das transferências

De modo geral, ao analisarmos os dez municípios que mais recebem recursos, quando comparada a categoria em que ele está no ano de eleição com a do ano anterior à eleição, nota-se que há vários casos em que o município tem um salto da categoria 1 no anterior para categoria 4 no ano de pleito. Assim, o município passa dos 25% com menor i/h para os 25% maiores. Como exemplo, no ano de 2008 106 municípios saltaram da categoria 1 para 4, 211 da categoria 2 para 4 e 403 da categoria 3 para 4. Posteriormente em 2012, 698 municípios saíram da categoria 1 para as categorias 2,3 ou 4 e 3.214 mudaram para uma categoria diferente da que possuíam no ano anterior ao pleito municipal, ou seja, cerca de 57% dos municípios mudaram de categoria nesse mesmo ano.

Apesar disso, na maioria dos casos o topo da lista nos anos de eleição é composto por municípios que já eram de categoria 3 ou 4 no ano imediatamente anterior ao de eleição. Sobre essa mesma análise, só que em relação aos dez menos, detectasse que a variação de categoria é bem mais comum. Ocorre de muitos municípios caírem da categoria 2 (não é incomum que até de 3 ou 4) para categoria 1 no ano de eleição.

Na tabela 7 temos uma amostra do comportamento dentro das categorias em que os municípios foram inseridos. Abaixo foram destacados os vinte municípios que obtiveram uma maior variação positiva no seu i/h, levando em consideração o ano de 2012 (eleitoral) em relação ao seu ano anterior.

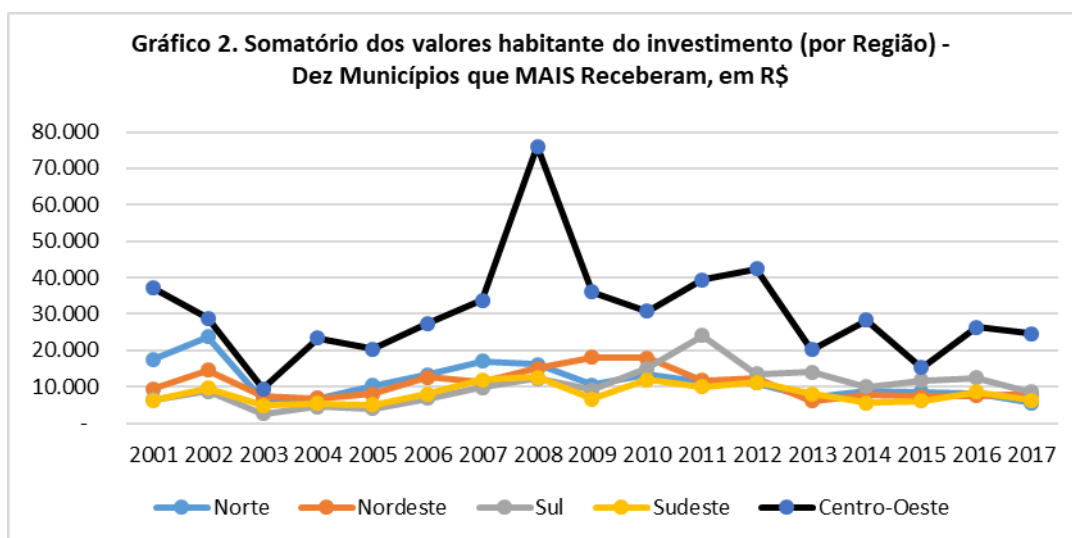
Tabela 7. Os 20 municípios com maior variação positiva no valor recebido no ano de 2012 com relação a 2011

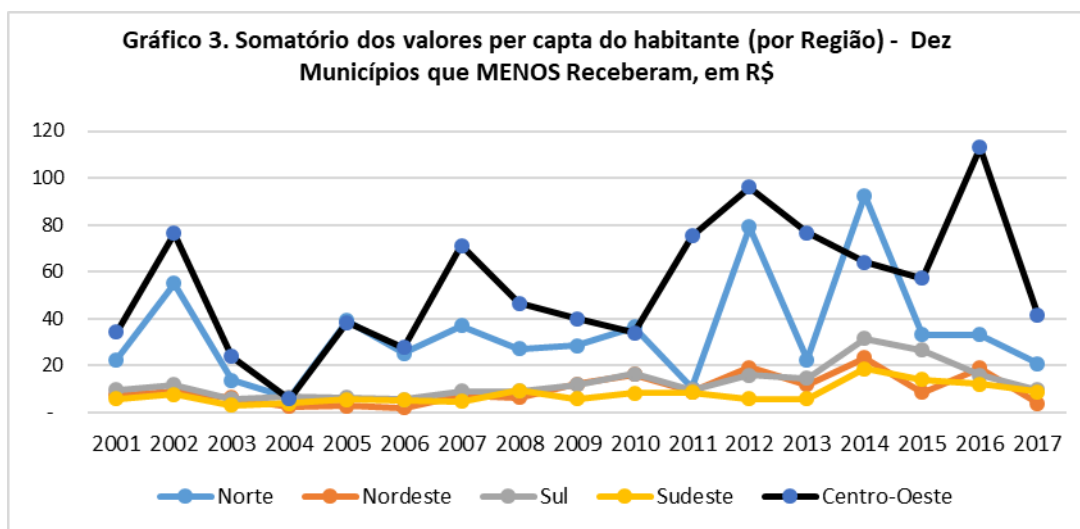
| UF | Municípios | Região | Categ. | 2011 | | 2012 | | | |
|----|------------|------------------------|--------------|-----------------------------|-------|---------|-----------------------------|----------|--------|
| | | | | Variação com o ano anterior | i/h | Categ. | Variação com o ano anterior | i/h | |
| 1 | RS | BARRA DO GUARITA | Sul | 1 | 100% | 0,00606 | 4 | 4539480% | 275,19 |
| 2 | SP | SANTA FÉ DO SUL | Sudeste | 1 | -100% | 0,07553 | 3 | 163353% | 123,46 |
| 3 | AL | SÃO JOSÉ DA LAJE | Nordeste | 1 | -100% | 0,48339 | 4 | 93140% | 450,71 |
| 4 | RS | SANTA MARGARIDA DO SUL | Sul | 1 | -100% | 0,07014 | 2 | 90246% | 63,37 |
| 5 | RS | CANDIOTA | Sul | 1 | -99% | 0,41536 | 3 | 39339% | 163,81 |
| 6 | RS | PINHAL | Sul | 1 | 100% | 1,01475 | 4 | 28518% | 290,40 |
| 7 | PB | CACHOEIRA DOS ÍNDIOS | Nordeste | 1 | -99% | 3,18242 | 4 | 24090% | 769,82 |
| 8 | PR | INÁCIO MARTINS | Sul | 1 | -99% | 2,39283 | 4 | 20214% | 486,07 |
| 9 | TO | OLIVEIRA DE FÁTIMA | Norte | 1 | -99% | 1,08012 | 3 | 15495% | 168,45 |
| 10 | RJ | PORTO REAL | Sudeste | 1 | -99% | 0,49107 | 2 | 14616% | 72,26 |
| 11 | SP | RIFAINA | Sudeste | 1 | 100% | 1,13855 | 3 | 14253% | 163,41 |
| 12 | PE | ITAMBÉ | Nordeste | 1 | -99% | 2,83723 | 4 | 13999% | 400,02 |
| 13 | PB | CONDE | Nordeste | 1 | -91% | 1,18031 | 3 | 13441% | 159,82 |
| 14 | BA | RAFAEL JAMBEIRO | Nordeste | 1 | -97% | 1,46916 | 3 | 12635% | 187,09 |
| 15 | SC | PESCARIA BRAVA | Sul | 1 | -96% | 1,67669 | 3 | 11521% | 194,85 |
| 16 | MG | JANUÁRIA | Sudeste | 1 | -97% | 1,63454 | 3 | 11061% | 182,43 |
| 17 | PB | SÃO MAMEDE | Nordeste | 1 | -99% | 0,31004 | 1 | 10740% | 33,61 |
| 18 | MS | ITAPORÃ | Centro-oeste | 1 | 100% | 1,92959 | 3 | 10658% | 207,59 |
| 19 | PI | NOVO ORIENTE DO PIAUÍ | Nordeste | 1 | -99% | 7,86739 | 4 | 10487% | 832,92 |

20 BA PALMEIRAS Nordeste 1 -95% 0,76779 | 2 9635% 74,75

Contraopondo as cidades com maiores volumes de recursos recebidos, em alguns anos muitos municípios não receberam nem um dígito se quer. Dos 5.572 municípios contabilizados, em 2001 1.150 ficaram sem repasses da conta investimento, enquanto que em 2002, ano de eleições municipais, o número diminuiu para 618 - ou seja, houve uma maior diversificação na divisão dos recursos. Em 2003, 2.484 municípios também não receberam recursos, seguido de 1.711 em 2004. Já em 2015 212 cidades não receberam recursos, frente a 191 em 2016, ano de eleição.

Abaixo nos gráficos 2 e 3 estão as somas dos valores de i/h recebidos pelas dez mais e pelas dez menos beneficiadas, dividido pelas regiões. Constata-se que durante os anos eleitorais (considerando eleições gerais e municipais) os valores distribuídos de investimento para os municípios crescem; tanto para os dez que mais recebem quanto para os dez que menos recebem.





Assim sendo, constata-se que, comparando um ano pré-eleições com um ano eleitoral, quase sempre há elevação no valor total dos investimentos distribuídos. Isto é, anos eleitorais são acompanhados pela elevação dos valores repassados e também por uma mudança na forma como as verbas da conta investimento são distribuídas entre os municípios.